

DO ACORDO TRIPARTIDO (1988) AO ACORDO DE PAZ EM 2002: O PROCESSO DE PAZ CONDUZIDO EM ANGOLA¹

Anselmo de Oliveira Rodrigues²

Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon³

Introdução

Localizada na costa ocidental da África, Angola é o 6º país em extensão territorial no continente africano e possui uma superfície extremamente rica em recursos naturais, tais como o petróleo, o gás natural e o diamante. Em termos fronteiriços, o país está delimitado ao norte pela República do Congo e pela República Democrática do Congo, a leste pela República Democrática do Congo e pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico.

1 A pesquisa associada ao presente artigo foi conduzida no escopo da tese doutoral do 1º autor, Anselmo de Oliveira Rodrigues, denominada de: *O processo de paz desencadeado em Angola e Moçambique sob uma perspectiva comparada*, sob orientação do 2º autor, Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon.

2 Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: capanselmo98@ig.com.br.

3 Exército Brasileiro, Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro/RJ, Brasil. Pesquisador do NERINT/UFRGS, do LED/ECEME e do CIDIUM (Portugal). E-mail: eduardomigon@gmail.com.

Figura 1 – Mapa político atual de Angola

Fonte: Oliveira 2009, p. 1.

A pouca existência de países vizinhos em sua fronteira contrasta com uma realidade sensível e estratégica para Angola, a província de *Cabinda*, região descontínua do território angolano e situada mais ao norte, sendo também a principal responsável pela produção de petróleo no país africano (Visentini 2012, 206). Ao observar a história do país, nota-se que a mesma é fortemente marcada por instabilidades políticas, causadas, sobretudo, pela ocorrência de conflitos de natureza estatal e intraestatal. No entanto, o dia 04 de abril de 2002 pode ser considerado um divisor de águas na história de Angola, pois foi nesta data que o governo angolano e os integrantes da União Nacional para a Independência de Angola (UNITA) finalmente chegaram a um acordo e assinaram o Memorando de Entendimento de Luena (Visentini 2012, 208). Tal episódio pôs fim a um longo período de guerras e lutas, ao mesmo tempo em que possibilitou a celebração da tão esperada paz no país.

De toda feita, o pacto pela paz firmado em 2002 não pode ser considerado um fato de mera casualidade, pois o mesmo não se encontra isolado no contexto histórico. Pelo contrário, as raízes desse processo remontam à origem da formação do território angolano. Em vista dessa realidade, para se compreender o processo de paz ocorrido em Angola após a queda do muro de Berlim, torna-se imperioso entender dois aspectos centrais: a) a evolução

histórica angolana; e b) as iniciativas desencadeadas pelo sistema internacional (SI) em Angola após a queda do muro de Berlim, com o propósito de restaurar a paz no país. Assim, o objetivo deste artigo é compreender a maneira pela qual Angola alcançou a paz em 2002 e identificar os principais fatos ocorridos no SI que refletiram no respectivo processo.

Para tal, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente é feito uma breve ambientação do assunto em pauta, destacando aspectos geográficos e históricos relevantes do país africano. Na segunda seção é definida a taxonomia utilizada, ao passo que são informados os limites desta investigação. A terceira seção revisita o processo de evolução histórica ocorrido em Angola entre 1576 e 1988, abordando o mesmo em três subperíodos. A quarta seção analisa o processo de paz angolano entre 1988 e 2002, apoiando-se nos tempos em que cada uma das missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) esteve presente no país. Na última seção, são verificados os principais fatos do SI que refletiram positiva e negativamente no processo de paz em Angola.

Considerações metodológicas

Conceitualmente, a proposta metodológica desta pesquisa está assentada no paradigma da complexidade, mais precisamente no entendimento de que o SI é um sistema complexo por natureza. De acordo com Bousquet e Curtis, um sistema complexo é aquele que possui relações não lineares, onde não se constata proporcionalidade entre a incidência de entrada ou saída do sistema, ou seja, de pequenas influências num determinado componente, podem resultar grandes efeitos em outras partes do mesmo sistema (Bousquet, Curtis 2011, 46).

Diante dessa realidade, Cairney (2012, 346) propõe que a análise de um determinado componente não deve ser feita de forma isolada, pois compreende-se que todos os atores de um sistema complexo interagem entre si, estabelecendo relações, as quais interferem em maior ou menor grau para a estabilidade desse mesmo sistema. No caso em estudo, nota-se que a partir da chegada dos portugueses, Angola se inseriu num sistema mais amplo, de natureza complexa, estabelecendo relações com um número variável de atores: estatais e não estatais. Esta dinâmica de relações mostrou-se ao longo da história possuir capacidade em influenciar inúmeros eventos e processos conduzidos no país (Richardson, Cilliers 2001, 14). O processo de paz angolano não fugiu a regra e sofreu grande influência de atores estatais e não

estatais do SI. Haja vista o elevado número de agentes que estabeleceram relações com Angola ao longo da história, esse artigo delimitou o estudo, investigando somente os que mais influenciaram o processo de paz do país africano:

Quadro 1 – Universo considerado

Agentes estatais

Estados Unidos da América, ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Rússia, Portugal, África do Sul e Cuba

Agentes não estatais

Organização das Nações Unidas

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Considerando este rol de atores, a análise foi realizada em duas fases: a) inicialmente, revisitou-se a evolução histórica do país africano entre 1576 e 1988, correlacionando a mesma com os principais fatos ocorridos no SI; e b) num segundo momento, foram estudadas a participação de cada um dos agentes, elencados no quadro nº 1, no processo de construção de paz realizado em Angola entre 1988 e 2002, ressaltando os pontos positivos e negativos dessa atuação. Considerando o descongelamento das ações da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir da queda do muro de Berlim e sua intensa participação em Angola, tornou-se necessário investigar todas as resoluções emitidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) que fizeram menção ao país africano no período compreendido entre 1988 e 2002.

Breve Histórico de Angola

A inserção de Angola no contexto internacional está diretamente correlacionada com as Grandes Navegações, período histórico que compreendeu os séculos XV, XVI e XVII, onde portugueses, espanhóis e demais povos europeus se lançaram ao redor do globo terrestre para aumentar suas riquezas e seus territórios, beneficiando-se do avanço tecnológico dos equipamentos náuticos dessa época e sob o guarda-chuva das bulas papais (Carvalho 1998, 2). Foi nesse contexto que se deu a chegada dos portugueses nos reinos do *Kongo* e do *Ndongo* (região que compreende parte dos atuais territórios de Angola, da República do Congo e da República Democrática do Congo) em finais do século XV, fato que mudou radicalmente o *status quo* dos povos que habitavam esse local (Soares 2017, 61). Preocupados somente na exploração de

riquezas, gradativamente os portugueses foram avançando no interior do continente africano e em meados do século XVI, os mesmos já haviam se instalado completamente nessa região.

De Luanda ao Término da 2ª Guerra Mundial (1576-1945)

Com o avanço da ocupação na África e o conseqüente incremento nas relações com os povos africanos, Portugal sentiu a necessidade de ampliar suas bases na região. Dada a sua privilegiada posição estratégica, foi fundada em janeiro de 1576, a cidade de São Paulo de Luanda, embrião da atual capital de Angola (Academia 1825, 349).

Conforme descrito anteriormente, outros Estados europeus também participaram das Grandes Navegações se tornando bastante comum as fricções entre os países europeus acerca de suas possessões localizadas em outros continentes, como na África, América do Sul e Ásia. Já inserida no contexto internacional, Angola não ficou imune ao que estava ocorrendo no planeta e registrou no século XVII, a invasão dos holandeses em seu território e a conseqüente instalação dos mesmos em Luanda, em 1641, e a permanência até 1648, ocasião em que foram expulsos pelos portugueses (Hohlfeldt, Carvalho 2012, 88). Impulsionados pela vitória e pretendendo recuperar outros territórios que haviam sido usurpados pelos holandeses na região, os portugueses prosseguiram na campanha e erradicaram completamente os invasores em 1671, fato que ratificou perante o SI o território angolano como colônia de Portugal.

Mesmo assim, Angola ainda não chamava a atenção da metrópole e o seu papel se limitava a tão somente fornecer mão-de-obra escrava para outras colônias portuguesas. O *modus operandi* utilizado pelos portugueses para a obtenção da mão-de-obra escrava em Angola procurava estimular conflitos e lutas entre grupos locais. Com o decorrer dos anos, essa prática mostrou-se ineficaz e corrosiva, pois estimulava a rivalidade entre as tribos que habitavam a região, comportamento que ocasionou sérios problemas a longo prazo, vindo também a influenciar na formação do *ethos* do povo angolano. A descoberta de ouro nas regiões das Minas Gerais em meados do século XVIII reforçou ainda mais o desinteresse dos portugueses na colônia africana, pois a atenção e o esforço da metrópole ficaram totalmente direcionados para a colônia brasileira (Hohlfeldt, Carvalho 2012, p. 91).

No século seguinte, ocorreu um fato no planeta que gerou grandes conseqüências para Angola. Sob o lema da liberdade, igualdade e fraternidade,

a revolução ocorrida na França em 1789 foi um movimento desencadeado por diversos setores da sociedade francesa que reivindicavam, dentre diversas questões, melhores condições de vida para as classes menos favorecidas e criticavam os privilégios da monarquia local (Visentini 2016, 115). Os ideais iluministas propagados durante o movimento não ficaram circunscritos ao território francês e alcançaram diversas partes do globo. Sob forte influência desses ideais, Siqueira aponta que em finais do século XVIII começaram a eclodir focos de tensão e instabilidade em Angola, causados pela insatisfação da população diante do domínio português (Siqueira 2012, 40).

Avançando na linha do tempo, nota-se que o século XIX descortinou um período de fortes mudanças. Dessa feita, a história angolana passa nesse período, obrigatoriamente, pela compreensão de três fenômenos centrais e como os mesmos se relacionaram com o país: a) o avanço do império napoleônico; b) a Revolução Industrial; e c) a conferência de Berlim.

Durante o início do século XIX, quase toda a Europa estava sob o domínio ou influência do império de *Napoleão Bonaparte*, exceção feita a poucos países, dentre eles a Grã-Bretanha (Acemoglu, Robinson 2012, 332). Com a iminente invasão de *Napoleão Bonaparte* a Portugal, a corte real portuguesa se transferiu de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808. Tal transferência se deu com o apoio da Grã-Bretanha, que por sua vez, estava experimentando a revolução industrial e em contrapartida, exigia o fim do tráfico de escravos. Para isso, os ingleses realizaram uma série de ações e tratados junto ao SI, que visavam o fim dessa prática. E foi assim, que pouco a pouco, os ingleses foram logrando êxito em seu intento. Como Luanda era o maior porto escravista da África (Menz, Lopes 2018, 5), o declínio do tráfico negreiro, e sua consequente extinção, gerou fortes impactos econômicos e sociais em Angola, pois a mesma não havia sido preparada para exercer outras atividades comerciais. Em vista dessa realidade, a economia angolana somente foi dar pequenos sinais de recuperação a partir da segunda metade do século XIX, com o início do ciclo da borracha (Pacheco, Costa, Tavares 2018, 93).

Ocorrida entre 1884 e 1885, a conferência de Berlim propôs o fim da escravatura e definiu as bases de boa parte das atuais fronteiras africanas. Dentre as considerações mais relevantes tratadas nessa conferência, que refletiram em Angola, observa-se a ratificação do tratado de *Simulambuco*. Assinado anteriormente por representantes do governo português e do reino de *N'Goyo*, tal tratado foi ratificado na Conferência de Berlim, inserindo oficialmente a região de *Cabinda* sob o protetorado português (Neuman 2017, 17). Mais que uma simples conferência, esse evento demonstrou o enfraquecimento de Portugal e o fortalecimento de outros países no SI, como

a Alemanha. Não à toa, sob tutela alemã, os limites fronteiriços angolanos foram definidos de forma gradativa e diplomática entre os anos de 1885 e 1891 (Pacheco, Costa, Tavares 2018, 84).

O início do século XX marcou o fim definitivo do trabalho escravo e a ascensão de outras formas de comércio na colônia africana, com destaque para a borracha. Para que se tenha uma ideia, do total de exportações realizadas por Angola em 1908, 65% estavam baseadas na borracha (Pacheco, Costa, Tavares 2018, 93). Dessa forma, o início do século XX mostrava-se dinâmico para a economia angolana. Porém, mais um fato ocorrido no SI mostrou-se determinante para os rumos do país. A crise ocorrida na bolsa de Nova Iorque em 1929 gerou fortes impactos em Angola. Procurando proteger-se dos efeitos da Grande Depressão, Portugal instituiu o Ato Colonial no ano de 1930, que dentre outras atribuições, definia que todas as atividades conduzidas em seus domínios, necessitavam ser aprovadas pelos portugueses (Pimenta 2014, 252). Tal decreto freou o início de uma atividade econômica promissora em Angola, pois retirou toda a liberdade de ação da mesma, fato que causou grande insatisfação na população e contribuiu para o surgimento de diversos movimentos que buscavam o direito à cidadania do povo angolano (Pestana 2004, 3). Mais que um fato casual, tais manifestos exerceram um papel fulcral na história do país, pois contribuíram para a formação do embrião dos partidos políticos que surgiram em Angola na segunda metade do século XX, protagonistas no processo de independência e na longa guerra civil instaurada a partir de 1975.

Motivada pela crise de 1929 e pelo Tratado de Versalhes (1919), eclodiu no ano de 1939, a 2ª Guerra Mundial (GM), conflito bélico travado em várias partes do globo terrestre que alterou completamente a conjuntura política. Pertencente ao SI, Angola não ficou ileso ao que estava acontecendo e às mudanças ocorridas no globo também se fizeram presentes em território angolano.

Do Término da 2ª Guerra Mundial à Independência (1945-1975)

O término da 2ª GM encerrou uma era de domínio dos países europeus e inaugurou o protagonismo no SI de outros dois países vitoriosos no conflito bélico global: Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Conhecido como Guerra Fria, esse período se iniciou logo após a 2ª GM e teve o seu final materializado

pela queda do muro de Berlim (Hobsbawm 1985, 223). Com uma rivalidade sem precedentes na história e sob o pano de fundo ideológico, americanos e soviéticos duelaram nos mais variados campos do poder. Detentora de vários atrativos (econômico, estratégico e político), Angola foi um dos locais onde a Guerra Fria se fez mais pulsante.

Em meio a esse cenário e em substituição à fracassada Liga das Nações, surgia no ano de 1945, a ONU, instituição criada com o foco principal de manter níveis mínimos de paz no SI (Pinheiro da Cunha, Migon, Vaz 2014, 333). Com a Europa devastada no pós-guerra, diversas colônias africanas pleitearam se libertar do jugo europeu e reivindicaram a proclamação de suas independências. Com exceção de algumas, entre elas Angola, este pleito político foi alcançado na maior parte dos países africanos na passagem da década de 1950 para 1960, com reconhecimento e validação das Nações Unidas e sob a chancela da Guerra Fria (Visentini 2012, 10). Pressionado, Portugal reagiu de forma distinta e apenas realizou uma revisão de sua constituição em 1951, aonde decretou o término do império colonial português, pois entendia que a expressão “império colonial” subjugava o povo angolano, ao passo que definia Angola como província ultramarina portuguesa (Castelo 2014, 514).

Conforme ocorrido em vários episódios envolvendo Angola e Portugal ao longo da história, a revisão da constituição portuguesa se deu com o apoio de um país dominante no cenário internacional da ocasião: os EUA, que por sua vez reivindicaram a instalação de indústrias em Angola, com o propósito de explorar as riquezas africanas. Apoiando-se em estudos datados de 1910 e sob a tutela norte-americana, a companhia petrolífera belga PETROFINA iniciou suas atividades na bacia de *Kwanza* em 1952, vindo a anunciar a descoberta de petróleo comercial em 1955 na respectiva bacia (Ferreira 2015, 72). Não por coincidência, a companhia PETROFINA iniciou suas atividades nos EUA em 1956, um ano após a descoberta de petróleo em Angola.

A década de 1960 pode ser encarada como o período em que a rivalidade entre americanos e soviéticos chegou ao seu ápice, registrando o quase *start* de um novo conflito bélico mundial. Envolvendo americanos, soviéticos e cubanos, a crise dos mísseis em 1962 gerou vários desdobramentos no planeta, fazendo-se refletir também em Angola (Ávila 2012, 384). Insatisfeita com a condição de província ultramarina de Portugal, Angola presenciou entre as décadas de 1950 e 1960, o surgimento de vários movimentos políticos que lutavam pela independência angolana, dentre os quais se destacam três: a) a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); b) o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); e c) a União Nacional para a Libertação de Angola (Silva 2018, 5). No entanto, como o planeta vivenciava o ápice da

Guerra Fria e haja vista o papel central desempenhado por Angola neste embate, a formação dos grupos políticos se deu sob fortes influências ideológicas, aspecto que tornou o caso angolano um complexo emaranhado de relações internacionais e nacionais.

Fundado oficialmente em 1962, a história da FNLA passa pelo entendimento de outros três grupos políticos que o antecederam: a) a União das Populações do Norte de Angola (UPNA); b) a União das Populações de Angola (UPA); e c) o Partido Democrático de Angola (PDA). Sendo assim, em julho de 1954, na cidade de *Leopoldville*, à época capital República Democrática do Congo, surgia a UPNA. Sob a liderança de *Holden Roberto*, a UPNA era um movimento político que pleiteava a independência do antigo Reino do Congo, incluindo também a região de *Cabinda*. Por ocasião da Conferência de Acra, realizada em 1958, e sob forte influência dos ideais do pan-africanismo propagados nessa Conferência, *Holden Roberto* sentiu a necessidade de modificar a concepção inicial do movimento para torná-lo alinhado com os preceitos definidos pelo pan-africanismo. Com isso, fruto da evolução da UPNA e sob a liderança de *Holden Roberto*, surgia a UPA em 1958, movimento de natureza anticolonial e alinhado com os princípios do pan-africanismo (Guimarães 1992, 155). Já o PDA, foi criado em 1961, como resultado de uma união entre duas associações angolanas e se definia como sendo um grupo político que lutava pela independência do país. Dessa forma, em 1962, a UPA e o PDA fundiram-se e constituíram a FNLA, partido político liderado por *Holden Roberto*, que se declarava anticomunista, anticolonial e possuía laços estreitos com os EUA, os quais davam suporte para o movimento (Silva 2018, 5).

Motivado pelos ideais propagados na Conferência de *Bandung*, o MPLA foi fundado em 1956, fruto de uma fusão de dois grupos políticos: a) Partido da Luta Unida dos Estados Africanos de Angola (PLUA); e b) Partido Comunista Angolano (PCA). O PLUA foi fundado em 1953 e se caracterizava por ser anticolonial. O PCA foi criado em 1955 e pautava-se pela independência do país, tendo fortes laços com o Partido Comunista Português. Dessa forma, sob a liderança de *Agostinho Neto*, o PLUA e o PCA se uniram e criaram o MPLA em 1956. O respectivo movimento pretendia implantar um regime democrático em que houvesse representatividade de todos os setores da sociedade angolana e, para isso, contava com o apoio de alguns países socialistas, tais como a ex-URSS e a China (Silva 2018, 6).

Em 1966, na cidade angolana de *Moxico* e sob a liderança de *Jonas Savimbi*, que havia se desligado da FNLA e da GRAE⁴, foi criada a UNITA. De natureza anticolonial, o partido político procurava obter o apoio popular e a mobilização das massas para tornar o país independente. Com suas bases fixadas na Zâmbia, inicialmente a UNITA não obteve apoios externos da mesma estatura que os outros dois movimentos obtiveram. De toda sorte, cumpre destacar que a China maoísta e a própria Zâmbia prestaram pequenos auxílios ao movimento (Silva 2018, 7).

Foi com essa arquitetura que os três grupos se estabeleceram durante as décadas de 1950 e 1960 e se tornaram os principais movimentos anticoloniais de Angola: de um lado, a FNLA (apoiada pelos EUA); do outro, o MPLA (auxiliado pela ex-URSS, pela China e por vários países socialistas); e, de forma mais isolada, havia a UNITA. Atuando num propósito em comum e contando com diferentes parceiros, a estrutura e o *modus operandi* dos três movimentos se mantiveram da mesma forma até a assinatura do acordo de Alvor.

Sob o regime do *apartheid* e temerosos com a agitação política que ocorria em Angola nas décadas de 1950 e 1960, a África do Sul envidou muitos esforços para se aproximar de Portugal, pois entendia que os dois lutavam por uma causa em comum: o nacionalismo negro na África Austral (Barroso 2013, 177). Como o cenário era desfavorável aos dois países, Portugal resistiu inicialmente, mas cedeu lentamente às investidas sul-africanas e em 1962, o governo português sinalizou sua intenção em reforçar uma aliança com a Rodésia e com a África do Sul. Dessa forma, portugueses e sul-africanos foram estreitando os laços ao longo da década de 1960, e na década de 1970 já eram parceiros militares. Sob o *slogan* da defesa de uma África Austral contra o nacionalismo negro, esta parceria militar se deu na forma de exercícios militares, no planejamento de um Plano de Defesa para a África Austral e no apoio militar sul-africano contra os movimentos anticoloniais angolanos (Barroso 2013, 177).

Mesmo assim, um fato ocorrido fora dos limites africanos, mais uma vez foi decisivo para a mudança da configuração política da região. A crise do petróleo, ocorrida em 1973, teve papel fulcral na independência angolana. Tal crise teve alcance mundial e impactou fortemente os Estados dependentes de petróleo, dentre eles Portugal. Dada essa dependência, o país europeu mergulhou numa crise econômica, marcada pelo crescimento do desemprego, queda

4 GRAE – No dia 05 de abril de 1962, a FNLA autoproclamou um governo angolano no exílio, tendo como presidente *Holden Roberto* (líder da FNLA), como vice-presidente *E Kunzika* (líder do PDA) e como ministro das relações exteriores *Jonas Savimbi*. Inicialmente, a GRAE ficou conhecida como Governo da República de Angola no Exílio, mas posteriormente alterou o nome para Governo Revolucionário de Angola no Exílio (Guimarães 1992, 200).

acentuada do produto interno bruto (PIB) e recessão. Soma-se a isso, o peso do esforço de guerra portuguesa para manter seus territórios ultramarinos, que representava algo em torno de 40% das despesas do Estado (Coggiola, Martins 2006, 61). Esses aspectos geraram grande insatisfação da população, o que contribuiu para que os militares portugueses liderassem um movimento político-social para a derrubada do regime ditatorial do Estado Novo, decretando a Revolução dos Cravos em 1974 (Varela, Pereira 2016, 12). Tal movimento ocasionou a imediata legitimação dos movimentos anticoloniais, antecipando a independência de Angola.

Foi nessa atmosfera que em 15 de janeiro de 1975, foi assinado o acordo de Alvor entre o governo português e os três principais movimentos anticoloniais: FNLA, MPLA e UNITA. Dentre outras questões, o respectivo acordo determinava a implantação de um governo de transição composto por integrantes dos três grupos políticos e que deveria durar até o dia marcado para a independência angolana: 11 de novembro de 1975 (Silva 2016, 174). No entanto, com diferentes vieses ideológicos em jogo e inúmeros atores internacionais em cena, os grupos divergiram e o governo provisório não adquiriu a governabilidade desejável. O que se viu em Angola nesse período foi um rearranjo de poder, que ficou materializado pela divisão do país pelos três grupos mencionados: a) com o suporte financeiro dos norte-americanos, a FNLA se estabeleceu ao norte do país; b) com auxílios da África do Sul e também dos EUA, a UNITA se manteve ao sul e sudoeste do país; e c) com o apoio da ex-URSS e de Cuba, o MPLA se estruturou na capital (Silva 2016, 178).

Da Independência ao Acordo Tripartido (1975-1988)

E foi nesse ambiente que ocorreu a independência no país. Com lideranças distintas, os três partidos políticos anunciaram, em diferentes locais, a independência no mesmo dia: 11 de novembro de 1975. Sob a liderança de *Holden Roberto*, o FNLA proclamou a independência da República Popular e Democrática de Angola na província de *Bengo*. Agostinho Neto, líder do MPLA, anunciou a independência da República Popular de Angola em *Luanda*. E *Jonas Savimbi*, líder da UNITA, proclamou a independência de Angola na província de *Huambo*. No mesmo dia: 11 de novembro de 1975, o Brasil reconheceu o governo instalado em Luanda, tornando-se o primeiro país a manifestar a sua posição política. Dias depois, vários países extracontinentais reconheceram o MPLA como representante do governo em Angola, fato que enfraqueceu os outros dois partidos políticos. Semanas depois, vinte

e três países africanos reconheceram o MPLA como governo legítimo angolano, fato que também foi seguido pela ONU em 1976 (Silva 2016, 179).

No entanto, Angola não havia se libertado das rivalidades antigas e continuou sendo palco efervescente da Guerra Fria. Na sequência da independência, o país experimentou um longo período de guerra civil travada por dois partidos políticos: UNITA e MPLA. A FNLA perdeu forças e limitou suas atividades no campo político. Dessa forma, o tabuleiro de xadrez movimentou-se mais uma vez e o jogo de forças neste período ficou configurado da seguinte forma: de um lado havia o MPLA recebendo apoio da ex-URSS e de Cuba; e de outro havia a UNITA sendo apoiada pelos EUA e pela África do Sul (Castellano da Silva 2017, 212).

A assunção do MPLA ao poder em Angola e seu apoio ao pleito político da SWAPO⁵, que pretendia libertar a Namíbia do jugo sul-africano, não foi bem digerida em Pretória e gerou uma reação desproporcional da África do Sul, materializada pela invasão de suas tropas em território angolano entre 1975 e 1976, sem, no entanto, lograr o êxito esperado (Dopcke 1998, 138). Posicionando-se oficialmente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) emitiu a resolução nº 387 em 31 de março de 1976, condenando os ataques perpetrados pela África do Sul em Angola e a utilização do território da Namíbia para cometer tais ataques.

No início da década de 1980, o comunismo soviético já se encontrava em declínio, emitindo claros sinais de fragilidade econômica. Aproveitando-se da debilidade da ex-URSS, *Ronald Reagan* implementou uma política externa agressiva, que buscava aniquilar qualquer rescaldo da Guerra Fria que estivesse presente no globo. Foi nesse contexto, a partir de 1981, em que se fortaleceu o apoio norte-americano para a UNITA e África do Sul. Em consequência, Angola viu o aumento das atividades da UNITA no país, da mesma forma que presenciou novas incursões militares sul-africanas em seu território. De todas as investidas, vale destacar a *Operation Protea*, a maior invasão militar ocorrida em Angola, a qual resultou no controle sul-africano da maior parte da província de *Cunene* até 1988 (Dopcke 1998, 141). Tendo em vista os sinais de desmoronamento da ex-URSS e a participação dos norte-americanos neste conflito, Angola recorreu o apoio à Cuba, que se mostrou fundamental na contenção do avanço das forças sul-africanas e da UNITA em território angolano, fato que sustentou o MPLA no poder.

A instabilidade na região chamou a atenção da comunidade internacional e na tentativa de se alcançar a paz, foram celebrados os acordos

5 Organização do Povo do Sudoeste Africano – movimento anticolonial que lutou pela independência da Namíbia do jugo sul-africano (Dopcke 1998, 138).

de Lusaka em 1984, com a participação de Angola e da África do Sul. Tais acordos previam um cessar-fogo entre os dois países durante a Guerra Civil angolana e a Guerra sul-africana na fronteira. No entanto, dada a divergência dos atores envolvidos e dos vários interesses em jogo, esses acordos tiveram pouca duração, recrudescendo novamente a violência. Os anos que se seguiram mostraram uma participação mais efetiva de Moscou no conflito, ampliando sua contribuição com o envio de instrutores e comandantes militares experientes, que dentre outras atribuições, tinham a missão de chefiar, reestruturar e preparar as tropas angolanas para a guerra. Foi nesse contexto que ocorreu a *Operação Congresso II*, missão deflagrada em julho de 1985, chefiada por soviéticos que detinham como objetivo destruir a UNITA (Rocha 2013, 62). Essa dinâmica de conflitos perdurou 1988, ecoando, de certa forma, o que ainda pouco restava da Guerra Fria.

No entanto, um fato ocorrido no SI foi fundamental para dar outros contornos na Guerra Civil em Angola: a ascensão de *Mikhail Gorbachev* ao poder da ex-URSS, em março de 1985. Atravessando a grave crise econômica, *Gorbachev* implementou duas políticas públicas na ex-URSS: *Perestroika* e *Glasnost*, as quais objetivavam recuperar a economia do país e tornar as ações políticas públicas mais transparentes. De postura liberal, o líder soviético aproximou-se dos EUA, fato que contribuiu para a celebração do Acordo Tripartido, assinado entre Angola, Cuba e África do Sul em 22 dezembro de 1988, na sede da ONU em Nova Iorque. Conhecido também como os Acordos de Nova Iorque, em síntese, tais acordos previam as seguintes medidas: a) a retirada de tropas cubanas em Angola; b) a saída das tropas sul-africanas da Namíbia e a consequente realização de eleições no país; e c) a execução de todas as ações sendo supervisionadas pela ONU (Dopcke 1998, 138).

Com base no Acordo Tripartido e no documento emitido em 17 de dezembro de 1988, pelo representante de Angola junto à ONU, o CSNU emitiu a resolução nº 626, em dezembro de 1988, estabelecendo a UNAVEM I⁶, operação de paz criada com o intuito de fiscalizar as propostas elencadas no Acordo Tripartido. Foi nesse ambiente que iniciou a participação da ONU em Angola, a qual encontrou um país totalmente devastado e desestruturado porque esteve sob o protetorado português por 400 anos. A guerra civil que se instaurou logo após a independência foi um duro golpe para o povo angolano, que viu o país mergulhar numa crise jamais presenciada anteriormente, de cunho ideológico, econômico, estratégico e político.

6 Sigla do inglês, *United Nations Angola Verification Mission I*.

O Processo de Paz em Angola (1988-2002)

Dessa maneira, Angola iniciou um novo ciclo, com a participação de novos atores, especialmente a ONU, que durou quatorze anos para alcançar o seu objetivo: a tão esperada paz, conquistada em 2002, por meio do Memorando de Entendimento de Luena. Como em outras ocasiões, fatos ocorridos no SI foram determinantes e geraram reflexos em Angola, influenciando positiva e negativamente nesse processo. Protagonista neste período, a ONU envidou muitos esforços para solucionar a crise angolana, ora logrando êxito, ora colhendo fracassos. Tais esforços ficaram materializados pelas seguintes ações por parte do CSNU: a) a emissão de 56 resoluções acerca do caso angolano; b) a instauração de 04 operações de paz (OPs); e c) a instalação de 01 gabinete de paz em Angola.

UNAVEM I (1989-1991)

A UNAVEM I tinha como objetivo fiscalizar a retirada dos 50.000 militares cubanos instalados em Angola, condição *sine qua non*, para que a outra parte do Acordo Tripartido fosse cumprida: a retirada das forças sul-africanas da Namíbia, com a consequente realização de eleições gerais neste país. Para tanto, a UNAVEM I se constituiu numa missão típica em que observadores designados pela ONU fiscalizaram a saída das tropas de Fidel Castro de Angola. Sendo liderada em todo o transcurso pelo general brasileiro Péricles Ferreira Campos, a UNAVEM I iniciou suas atividades em 03 de janeiro de 1989 e encerrou simbolicamente seus trabalhos em 26 de maio de 1991, com o embarque no avião do chefe do último contingente cubano para Havana: o general *Samuel Rodiles* (Krška 2007, 82).

A queda do muro de Berlim, ocorrida em novembro de 1989, representou o golpe fatal para o regime comunista e para a ex-URSS, que rapidamente se colapsou. Tal fato gerou seus reflexos em Angola, antecipando a retirada das tropas cubanas antes do tempo previsto (Penna Filho 2004, 37). Por outro lado, o fortalecimento dos EUA não mudou em nada o que havia sido costurado entre angolanos, cubanos e sul-africanos. O sucesso da UNAVEM I em Angola, muito se deve ao êxito alcançado também pela UNTAG⁷, na Namíbia. O aspecto central que norteia esse tabuleiro de xadrez reside no papel desempenhado pelos norte-americanos. Sob o pano de fundo da globalização, era estritamente estratégico para os norte-americanos apoiar

7 Sigla do inglês, *United Nations Transition Assistance Group*.

todo e qualquer movimento de independência para se consolidarem como única superpotência global. Dessa forma, mesmo com o histórico de apoios realizados aos sul-africanos nas últimas décadas, os EUA mudaram o lado do pêndulo e apoiaram o pleito na Namíbia, fato que fez toda a diferença na UNAVEM I.

No que concerne ao papel da ONU em Angola, constata-se a emissão de apenas duas resoluções do CSNU: a) a resolução nº 626, que implantou a UNAVEM I; e b) a resolução nº 628, de 16 de janeiro de 1989, que emitiu apoio às atividades da UNAVEM I. Com exceção de dois ataques realizados pela UNITA contra as tropas cubanas em 1990, levando a óbito dez militares cubanos e a suspensão por um mês da retirada das forças de Fidel Castro no país (Krška 2007, 82), a UNAVEM I transcorreu num clima de relativa estabilidade e logrou o sucesso esperado. Não se deve minimizar o papel desempenhado pelo general brasileiro nesta missão, que, mesmo depois do episódio envolvendo a UNITA e as tropas cubanas, soube conduzir habilmente essas questões e levar a bom termo esta operação de paz.

Aproveitando-se do sucesso obtido pela UNAVEM I e do clima favorável para o avanço do processo de paz em Angola, foram assinados em maio de 1991, os Acordos de Bicesse⁸. Sob a mediação de portugueses, americanos e soviéticos, tais acordos foram assinados por integrantes do MPLA e da UNITA e previam, dentre outras coisas, as seguintes ações: o cessar-fogo de ambas as partes, a libertação de prisioneiros de guerra e presos políticos, a proibição de assistência militar externa aos grupos e a formação de novas Forças Armadas com integrantes de ambos os partidos (Krška 2007, 83). Foi nessa atmosfera que o CSNU emitiu a resolução nº 696, em maio de 1991, estabelecendo a UNAVEM II⁹, operação de paz que tinha como objetivo a realização das ações contidas nos Acordos de Bicesse.

UNAVEM II (1991-1995)

Com mandato inicial de 17 meses, o foco das ações da UNAVEM II centrou-se na implementação dos Acordos de Bicesse. E para tanto, iniciou seus trabalhos em junho de 1991. Devido a diversos fatores, a mesma se prolongou e só foi encerrada em fevereiro de 1995, ocasião em que foi substituída pela UNAVEM III. Sem um mandato claro e bem definido, a UNAVEM II não logrou o êxito esperado e o que se viu foi um despreparo da ONU em

8 Bicesse: região metropolitana de Lisboa.

9 Sigla do inglês, *United Nations Angola Verification Mission II*.

interpretar, planejar e conduzir as missões em Angola (Krška 2007, 84). Não por coincidência, o insucesso da ONU não ficou limitado à UNAVEM II e alcançou outras OPs desencadeadas nesse mesmo período, registrando episódios tais como o genocídio de Ruanda em 1994 e o massacre dos civis em *Srebrenica*, em 1995 (Rodrigues, Migon 2017, 90). Independentemente do local das OPs, o problema era mais amplo e tinha um responsável: as Nações Unidas. Pertencente a um sistema maior, o que se viu em Angola foi apenas mais um retrato do que estava acontecendo com outras *OPs onusianas* nesse mesmo período.

Composta inicialmente por observadores militares, a UNAVEM II foi aumentando seu efetivo com o tempo, e em outubro do mesmo ano a missão já contava com 350 observadores militares, monitores policiais, militares médicos, funcionários civis locais e internacionais, uma aeronave de asa fixa e doze helicópteros. Mesmo com todo esse aparato colocado à disposição, a ONU não realizou as mudanças estruturais e conceituais necessárias para atender o alargamento das atividades assumidas pela UNAVEM II (Kenkel 2013, 129). A emissão de 17 resoluções do CSNU neste período, ora se ajustando ao contexto local, ora modificando o mandato da missão, ora estendendo o mandato da mesma, ora manifestando preocupação com os fatos ocorridos em Angola, demonstraram destacada ineficiência da ONU em seu nível mais alto e que refletiu diretamente nas ações em campo.

O resultado desse despreparo foi uma sequência de acontecimentos que demonstraram a fragilidade da instituição em todos os níveis. Um fato marcante foram as eleições ocorridas no país em outubro de 1992. Mesmo tendo a chancela e a legitimação das Nações Unidas, a UNITA não reconheceu a vitória do MPLA nas urnas. Sob a alegação de fraudes nas eleições, onze ex-oficiais gerais da UNITA se desligaram das novas Forças Armadas Angolanas, eclodindo nova escalada de crise. Apesar dos inúmeros esforços diplomáticos realizados no SI em 1992 e 1993 para auxiliar na resolução da crise, como o envio do Subsecretário-Geral da ONU, *Marrack Goulding*, em Angola, em novembro de 1992, para mediar o conflito; bem como a realização de um encontro, sob a tutela da ONU, entre membros da UNITA e do governo angolano em janeiro de 1993, na Etiópia; além de uma reunião promovida pelo governo marfinense em abril de 1993, na própria Costa do Marfim; nenhum deles conseguiu pôr termo à crise angolana (Krška 2007, 91).

No lado dos atores estatais, a Rússia atravessava forte instabilidade nos campos político e econômico, registrando seu ápice na crise constitucional de 1993, quando o parlamento russo abriu um processo de *impeachment* contra o então presidente *Boris Yeltsin*, que em contrapartida dissolveu o mesmo e,

não obstante, bombardeou as instalações do edifício que abrigava o parlamento (Segrillo 2012, 106). Com esse cenário, a Rússia não detinha forças para interferir no plano externo, particularmente em Angola. Os sul-africanos, por seu turno, experimentavam o fim do *apartheid* e apostavam na pessoa de *Nelson Mandela*, o líder ideal para o país adentrar num processo de reconciliação e identidade nacional, aspectos que nortearam a política sul-africana nessa época. Os portugueses, por sua vez, sem a mesma força de outrora e com enormes desafios de ordem econômica e social em seu país, vivenciavam uma nova fase da União Europeia. Sob os auspícios do Tratado de *Maastricht*, o país lusitano não estava preparado economicamente para aderir ao processo de união monetária imposto pelo respectivo tratado em 1992, fato que direcionou a atenção do governo português e inviabilizou o mesmo na atuação em assuntos extracontinentais (Sousa 2000, 196). Já os norte-americanos, encontravam-se desgastados internamente devido à participação no conflito da Somália, por ocasião da batalha de Mogadíscio em 1993, a qual gerou relativas baixas militares, mas que lhes custaram grandes prejuízos políticos, sofrendo pesadas críticas da mídia estadunidense. Com essa desventurada experiência, os EUA se afastaram do continente africano e delegaram à ONU a tarefa de solucionar a guerra civil angolana.

Mesmo com o distanciamento desses países, o SI retomou os esforços em 1994 e mediaram inúmeras conversações entre o governo angolano e a UNITA ao longo do mesmo ano. E foi assim que em novembro de 1994 firmou-se o Protocolo de *Lusaka* pelo Ministro das Relações Exteriores de Angola e pelo Secretário Geral da UNITA, na Zâmbia. Tal protocolo procurava retomar as medidas firmadas por ocasião dos Acordos de Bicesse e que haviam sido deixadas de lado (Pureza et al 2007, 5). Em consequência, o CSNU emitiu a resolução nº 976 em fevereiro de 1995, estabelecendo a UNAVEM III¹⁰, operação de paz que tinha como objetivo a implementação das ações contidas nos Acordos de Bicesse e no Protocolo de *Lusaka*.

UNAVEM III (1995-1997)

Com o intuito de evitar os erros cometidos na UNAVEM II e procurando alcançar as metas impostas pelos Acordos de Bicesse e pelo Protocolo de *Lusaka*, a ONU estabeleceu a maior operação de paz registrada até então: a UNAVEM III, composta inicialmente por 7.000 militares, funcionários civis locais e internacionais, voluntários, observadores militares e observadores policiais. Para tanto,

10 Sigla do inglês, *United Nations Angola Verification Mission III*.

a mesma recebeu um mandato inicial de dois anos e iniciou seus trabalhos em fevereiro de 1995. De forma semelhante à antecessora, a UNAVEM III teve seu mandato estendido e os trabalhos se encerraram somente em junho de 1997.

Diante da complexidade do cenário internacional do pós-Guerra Fria e pressionada pelos fracassos obtidos na Bósnia-Herzegovina, Ruanda, Somália e Angola, a ONU, por meio do seu Secretário Geral, *Boutros Boutros-Ghali*, fez um documento chamado de “Suplemento de uma Agenda para a Paz” em 1995, que enfatizava a responsabilidade da instituição na resolução dos conflitos terceiro mundistas, e destacava os três princípios mais importantes das OPs: imparcialidade; consentimento das partes; e o não uso da força, exceto para a sua autodefesa (Matijascic 2010, 187). No entanto, este documento não proporcionou o sucesso na UNAVEM III. De maneira similar com o que ocorreu durante a UNAVEM II, a emissão de 10 resoluções do CSNU no mandato da UNAVEM III, pouco impactou nas ações em campo e demonstrou mais uma vez, incapacidade da instituição na crise de Angola.

Inserida num contexto mais amplo, a guerra civil angolana continuava internacional, mas os atores desse tabuleiro haviam se modificado. O conflito ideológico de outrora deu lugar à globalização, que dentre inúmeros aspectos, possibilitou o surgimento de vários Estados frágeis no SI, maior circulação de pessoas e com o surgimento da *internet*, eliminou diversas fronteiras. Diante desse cenário e sem o apoio dos EUA, a UNITA mudou sua estratégia e fez uso das brechas geradas pela globalização, mantendo-se financeiramente com a venda ilegal de diamantes realizada por meio de uma complexa rede internacional, envolvendo países africanos, o leste europeu, líderes políticos, dentre outros atores (Tiburcio 2009, 68). Por mais boa vontade que existisse, a UNAVEM III não estava preparada para enfrentar essa nova realidade conjuntural.

Com foco centrado em Angola, esta missão de paz ficou marcada por avanços lentos e pela incapacidade da ONU na resolução da instabilidade angolana. Dentre os avanços obtidos, registra-se o início da incorporação das tropas da UNITA nas Forças Armadas Angolanas. Por outro lado, a falta de flexibilidade e habilidade dos capacetes azuis no desarmamento do povo angolano foi determinante para que a UNAVEM III não lograsse o êxito esperado (Tiburcio 2009, 57). Pouco a pouco, as tropas *onusianas* perceberam a nova arquitetura internacional que havia se instaurado e como a crise de Angola estava inserida na mesma.

Tendo em vista o período relativamente curto entre a UNAVEM II e a UNAVEM III, os principais atores estatais não executaram movimentos bruscos no tabuleiro estratégico. De uma maneira geral, o processo de globalização foi

central nesse período e cada país continuou enfrentando seus desafios internos. Sob a liderança de *Boris Yeltsin*, a Rússia ainda estava instável, sobretudo, pelo polêmico processo de privatização que estava em curso, que não foi capaz de solucionar a crise econômica no país. Sob a liderança de *Nelson Mandela*, a África do Sul ainda se reorganizava no plano interno e consolidava o processo de transição política com a aprovação da nova constituição do país em 1996. Portugal, por seu turno, tinha enorme dificuldade em se ajustar às metas estabelecidas pela União Europeia e não demonstrava a força necessária para intervir no caso angolano. Os norte-americanos continuaram distantes, limitando-se a um encontro no território estadunidense em dezembro de 1995, envolvendo o presidente angolano e *Bill Clinton*, que manifestou preocupação com o ambiente instável em Angola, sobretudo porque prejudicava as empresas norte-americanas instaladas no país africano, notadamente a companhia petrolífera TEXACO, que havia sido alvo de ataques da UNITA em 1995 (Cruz 2015, 3).

Sendo assim, a ONU atuou de forma isolada e não teve forças para solucionar a crise angolana. Os resultados inexpressivos obtidos pelas Nações Unidas, associados ao elevado custo para manter a UNAVEM III, com mais de 7000 militares desdobrados em Angola, proporcionaram enorme desgaste para a ONU no SI. A ascensão de *Kofi Annan* ao cargo de Secretário Geral das Nações Unidas em janeiro de 1997, gerou reflexos imediatos em Angola, provocando imediata redução do contingente e na mudança do *modus operandi* dos capacetes azuis. Dessa forma, o CSNU emitiu a resolução nº 1118 em junho de 1997, estabelecendo a MONUA¹¹, operação de paz que tinha a finalidade criar um ambiente de estabilidade, para auxiliar na reconstrução nacional.

MONUA (1997-1999)

A MONUA foi implementada em meio a um clima de transformações e desconfiança da ONU perante a população angolana, haja vista os fracassos obtidos nas duas OPs anteriores. Com um mandato inicial de 7 meses, a MONUA iniciou seus trabalhos em julho de 1997 e encerrou os mesmos somente em fevereiro de 1999. Como em ocasiões anteriores, as Nações Unidas se viu obrigada a estender o mandato da missão, dada a incapacidade da mesma em alcançar os objetivos definidos pela resolução nº 1118, do CSNU. Em linhas gerais, a finalidade da MONUA era implementar uma missão de observadores

¹¹ Siglado ingles, *The United Nations Mission in Angola*.

militares em Angola e reduzir gradualmente o efetivo que estava presente no país (Tiburcio 2009, 62). Nesse período, a ONU tinha clara consciência da rede nacional e internacional que envolvia a crise angolana e entendia que a solução para a paz no país estava nas mãos do governo angolano e da UNITA, não cabendo à instituição o papel de liderança nesse processo (MacQueen 1998, 422).

De toda feita, duas ocorrências mostraram-se determinantes para o decurso da MONUA em Angola. O primeiro foi o caso do voo 806, que foi abatido em 26 de dezembro de 1998, quando voava sobre o território da UNITA, transportando integrantes das Nações Unidas. Não obstante, sete dias depois, 02 de janeiro de 1999, outro avião com 23 integrantes da MONUA, foi novamente atacado quando voava sobre território controlado pela UNITA. Enfraquecida militarmente, a ONU nada pôde fazer e se limitou a condenar tais ataques, por meio das resoluções nº 1219 e nº 1221, emitidas pelo CSNU. Tais fatos aceleraram a retirada das tropas *onusianas* em Angola (Tiburcio 2009, 63). Esses fatos evidenciaram uma postura paradoxal da ONU na MONUA: por um lado, a mesma se afastou das atividades de campo, reduzindo o número dos capacetes azuis e delimitando-se ao papel precípua de observar o conflito local; por outro lado, o CSNU emitiu 17 resoluções num período de pouco mais de 18 meses, fato que demonstrou elevada preocupação da ONU em Angola, mas que se mostrou totalmente ineficaz, haja vista os incidentes ocorridos.

Na esfera internacional, houve pouca movimentação das peças do tabuleiro estratégico. Impulsionada pela crise asiática em 1997, a Rússia experimentava grave instabilidade econômica em 1998, momento em que decretou moratória e teve que renegociar sua dívida externa, revelando fragilidade interna, aspecto que limitava suas ações no plano externo. Os sul-africanos, por sua vez, caminhavam a passos largos no seu processo de reorganização interna, finalizado somente em 1999, final da MONUA, não tendo condições de auxiliar no processo de paz angolano durante o período de duração da operação. Muito sensível aos mercados externos, Portugal sentiu de imediato os efeitos da crise asiática e da crise da Rússia, tornando-se mais uma vez incapaz no auxílio à Angola. Com base em experiências malsucedidas na Somália e sob a postura neoliberal do democrata *Bill Clinton*, os EUA continuaram distantes do continente africano.

E foi com essa conjuntura internacional, que a ONU encerrou em fevereiro de 1999, por meio da resolução nº 1229, do CSNU, a MONUA. Esta missão de paz finalizou um ciclo de OPs em território angolano onde as Nações Unidas investiram cerca de USD 1 bilhão em pouco mais de dez anos. Mesmo com essa monta, a ONU não foi capaz de resolver a crise no país,

obtendo sucesso apenas na UNAVEM I. O que se viu nas OPs subsequentes foi uma série de erros cometidos pela instituição em todos os níveis: político, estratégico e tático. Nota-se que a ONU não estava preparada para enfrentar a UNITA que, de maneira oportuna e inteligente, se estabeleceu habilmente na nova arquitetura internacional instaurada após a globalização, mantendo suas atividades por meio do comércio ilegal de diamantes através de uma complexa rede internacional composta por Estados e atores não estatais. Os sucessivos fracassos em Angola, aliados aos vultosos recursos usados pela ONU no país africano geraram uma pressão do SI junto à instituição para repensar seu *modus operandi* em OPs. Desmoralizada pelos incidentes envolvendo os aviões durante a MONUA, restou somente a saída das Nações Unidas no país africano, que foi acelerada pela chegada de *Kofi Annan* ao cargo de maior relevância da ONU.

UNOA (1999-2002)

Após o encerramento da MONUA e sentindo-se ainda minimamente responsável pela manutenção da paz internacional, a ONU decidiu instalar um escritório em *Luanda* para acompanhar de perto a instabilidade em Angola e auxiliar, naquilo que fosse possível, a resolução da crise no país. Dessa forma, as Nações Unidas decidiram em 15 de outubro de 1999, por meio da resolução nº 1268, do CSNU, estabelecer a UNOA¹². Composto por trinta pessoas, este gabinete mantinha relações com autoridades políticas, militares e civis, e tinha como objetivo buscar meios eficazes para restaurar a paz, dar assistência humanitária à população afetada pela crise, promover direitos humanos ao povo angolano, dentre outras ações. Com mandato inicial de seis meses, a UNOA teve seu mandato estendido várias vezes, e encerrou suas atividades em agosto de 2002, no território angolano. Sem a força necessária para influenciar as ações em curso, a UNOA só teve papel relevante no auxílio à população angolana, principalmente junto à parcela mais afetada da guerra (Tiburcio 2009, 64).

Sem a interferência da ONU, o que se viu em Angola durante o período em que a UNOA esteve instalada no país foi uma “Guerra pela Paz”, ou seja, um embate travado por um governo angolano cada vez mais fortalecido, e por uma UNITA gradativamente mais enfraquecida. A paralisia da ONU no território angolano não se refletiu nos principais atores estatais envolvidos com o conflito angolano. Nesse período, o SI presenciou vários

¹² Sigla do inglês, *United Nations Office in Angola*.

movimentos importantes no tabuleiro estratégico e que refletiram em Angola. Traumatizada com a década de 1990, a Rússia queria recuperar o seu *status* de *player* global e para isso a população russa elegeu em maio de 2000, *Vladimir Putin* como presidente da Rússia. Nacionalista, *Putin* foi um dos principais responsáveis pela reinserção da Rússia como *player* importante no tabuleiro estratégico no século XXI (Kulike 2014, 2). Com grande dificuldade em se adaptar às exigências monetárias da União Europeia, Portugal já dava os primeiros sinais em 2000, da crise econômica que iria eclodir em 2008, conhecida como PIIGS (Blikstad, Oliveira 2015, 10) e continuava sem forças no plano externo. Os sul-africanos, por sua vez, já estavam reorganizados e sob a liderança de *Thabo Mbeki*, iniciaram um processo que visava à estabilidade regional, auxiliando fortemente o governo angolano na resolução de sua crise (Akanji 2016, 115). Os norte-americanos experimentavam mudança de rumos na política, com a ascensão do republicano *George W. Bush* em substituição ao democrata *Bill Clinton* no poder dos EUA, aspecto que fez grande diferença no decurso das ações em Angola.

No entanto, um fato ocorrido em 2001 foi fulcral para o desfecho do episódio angolano: os atentados ocorridos no dia 11 de setembro de 2001 em solo americano (Souza, Nasser, Moraes, 2014, 7). Tais ataques chamaram a atenção da comunidade internacional para o perigo que determinados grupos representavam para os Estados e, imediatamente, a União Europeia, a Rússia e vários países do globo se solidarizaram e prestaram ajuda aos EUA. A resposta do governo norte-americano face aos atentados ocorridos em seu território ocorreu de forma unilateral por meio da declaração emitida pelo presidente *George W. Bush*, intitulada de Guerra ao Terror. E foi assim que os EUA investiram contra a *Al Qaeda*¹³, grupo que se responsabilizou pelos atentados.

Com foco centrado em dismantlar a *Al Qaeda*, os norte-americanos descobriram que o grupo era altamente internacionalizado e se apoiava numa rede clandestina, que circulava venda ilegal de armamentos, narcotráfico, diamantes e outros produtos. Ou seja, a mesma rede internacional que sustentava a *Al Qaeda* também nutria a UNITA. Conforme descrito anteriormente, tal rede era composta por Estados, figuras políticas e determinados atores não estatais. Sendo assim, os EUA se lançaram pesadamente no combate ao comércio ilegal de armas, ao narcotráfico e a determinados Estados, os quais entendiam que forneciam suporte para esses grupos. Foi com base

13 Rede internacional, que assim como as super máfias internacionais do crime, possui tentáculos em todo o mundo, financiando-se através do narcotráfico na Ásia Central (produção e tráfico de ópio) e da lavagem de dinheiro (Loureiro dos Santos, 2002, 99).

nesses argumentos que se deu à revelia da ONU, a investida estadunidense no Afeganistão em 2001 e o Plano Colômbia em 2002.

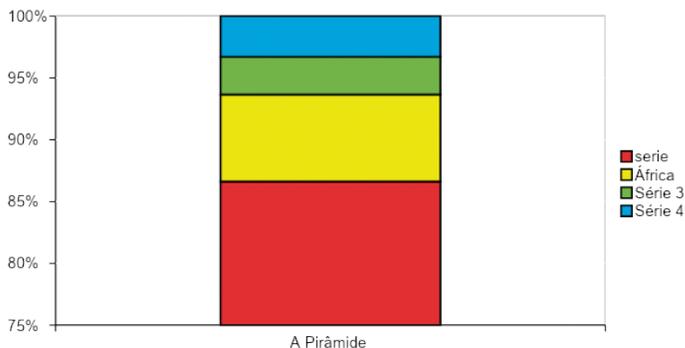
Os resultados dessas ações puderam ser percebidos a curto, médio e longo prazo em todo o planeta e com o mundo altamente interconectado, seus efeitos se fizeram presentes também em Angola. Como a UNITA dependia do comércio ilegal de diamantes para manter suas atividades e haja vista o combate desencadeado pelos norte-americanos a essa rede, rapidamente o grupo angolano se enfraqueceu logística e militarmente. O desfecho disso pendulou favoravelmente para o governo angolano, que saiu vitorioso com a eliminação de *Jonas Savimbi* em 22 de fevereiro de 2002, decorrente de um confronto travado entre as tropas do governo e as forças da UNITA na província de *Moxico*. Não à toa, quarenta e cinco dias após, 04 de abril de 2002, o governo angolano e os remanescentes da UNITA assinaram o Memorando de Entendimento de Luena, pondo fim a um longo período de instabilidade no país (Visentini 2012, 208). Sem interferir no processo de paz angolano, a UNOA manteve suas atividades em território angolano até agosto de 2002, ocasião em que foi substituída pela UNMA¹⁴ por meio da resolução nº 1433, de 15 de agosto de 2002, do CSNU.

Conclusões

Inicia-se a fase final dessa pesquisa retomando o propósito deste artigo: compreender o processo de paz desencadeado em Angola, correlacionando o mesmo com os principais fatos ocorridos no SI que influenciaram nesse processo. Para tanto, adotou-se o entendimento de que o SI é um sistema complexo por natureza e que possui relações não lineares em sua estrutura. Sendo assim, a primeira constatação desse estudo é que a construção da paz em Angola é um processo complexo que não se iniciou com a ONU. A participação das Nações Unidas a partir de 1988 é somente parte de um *iceberg* que possui suas bases em 1576, com a fundação da cidade de São Paulo de Luanda e tem sua ponta em 2002, com a assinatura do Memorando de Entendimento de Luena:

¹⁴ Sigla do inglês, *United Mission in Angola*.

Gráfico 1 – O Processo de Paz angolano

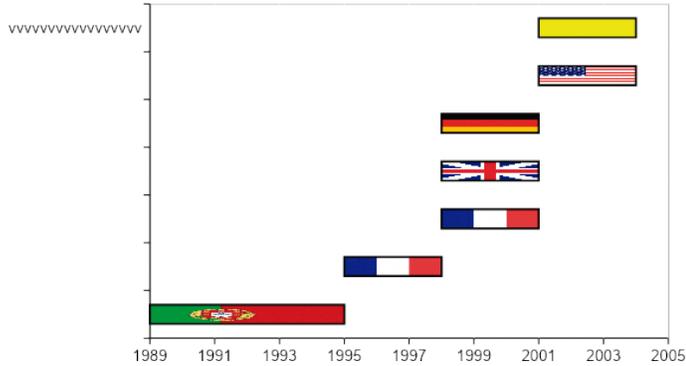


Fonte: Elaboração própria, 2018.

Em linhas gerais, o gráfico nº 1 nos mostra que o processo de paz em Angola está dividido em quatro grandes períodos: a) o primeiro tem 369 anos e se inicia com a fundação da cidade de São Paulo de Luanda em 1576 e finaliza com o término da 2ª GM; b) o segundo possui 30 anos e tem seu início logo após a 2ª Guerra Mundial, em 1945 e o seu término com a proclamação da independência angolana, em 1975; c) o terceiro é o mais curto de todos e abrange desde a independência angolana até os acordos de Nova Iorque, firmados em 1988; e d) o quarto abarca o período compreendido entre 1988 e 2002, recorte temporal em que a ONU esteve presente no país africano.

Devido à complexidade do processo de paz angolano, suas partes constituintes necessitam ser analisadas individualmente, haja vista a diferença em forma, contexto, extensão e composição com que cada uma delas influenciou a construção da paz angolana ao longo da história. Dessa feita, nota-se que o primeiro período é fortemente marcado pela ligação existente entre Portugal e Angola, onde o país africano ficou sob a condição de colônia africana junto ao império português por quase 400 anos, aspecto que marcou profundamente o *ethos* da sociedade angolana e que deu contornos especiais e particulares no processo de independência experimentado na segunda metade do século XX. Mesmo com essa influência, Angola não ficou imune ao que ocorria no planeta e alguns fatos ocorridos no SI também puderam ser percebidos no país africano:

Gráfico 2 – A 1ª Fase do Processo de Paz angolano

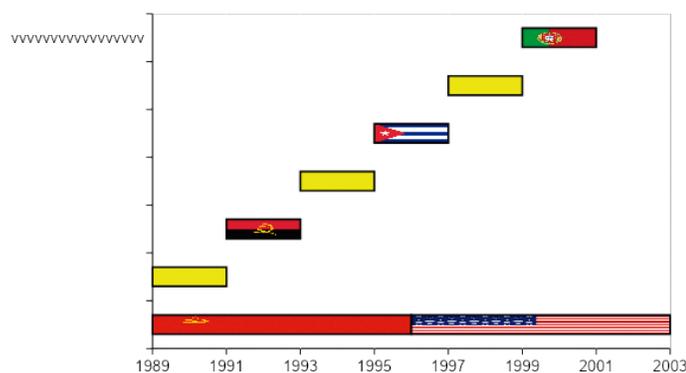


Fonte: Elaboração própria, 2018.

Em síntese, o gráfico nº2 nos mostra a evolução da 1ª fase do processo de paz durante o período compreendido entre 1976 e 1995, tomando como base de análise determinados fatos ocorridos no SI e como os mesmos refletiram em Angola. Neste recorte, nota-se a grande influência dos países europeus no país africano.

Passando para a 2ª fase do processo de paz angolano, nota-se que a mesma teve início após o final da 2ª GM e terminou com a independência do país em 1975. Como na 1ª fase, a mesma não ficou separada do SI, recebendo fortes influências do contexto internacional:

Gráfico 3 – A 2ª Fase do Processo de Paz angolano

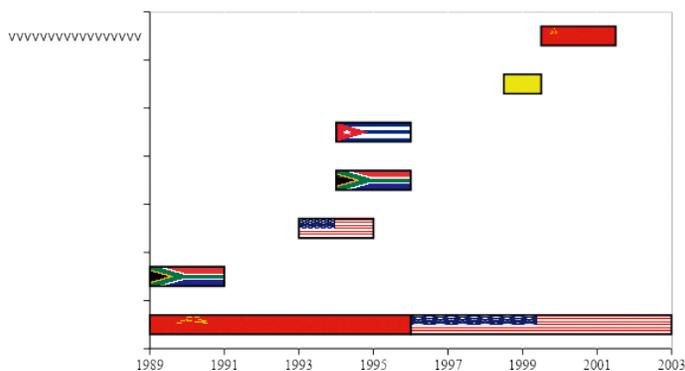


Fonte: Elaboração própria, 2018.

O gráfico nº 3 revela que durante todo esse período, o processo de paz angolano esteve sob influência da Guerra Fria, local onde o confronto bipolar ganhou contornos especiais. Fatos importantes, como a criação da ONU em 1945, que legitimou a independência de todos os países africanos nessa época, inclusive a de Angola, bem como a Conferência de *Bandung*, realizada em 1954, que despertou o nacionalismo africano junto aos movimentos políticos angolanos, não devem ser descartados. A crise dos mísseis envolvendo Cuba revela o ápice do confronto bipolar, episódio que gerou reflexos diretos em Angola, sobretudo na formação dos grupos políticos angolanos, protagonistas no processo de independência. Na década seguinte, a crise do petróleo em 1973 desencadeou um movimento em cascata, deflagrando a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974 e a independência angolana em 1975.

Com relação à 3ª fase do processo de paz angolano, nota-se que a mesma teve início com a proclamação da independência do país e findou-se com o estabelecimento do Acordo Tripartido, assinado entre Angola, Cuba e África do Sul, em 22 dezembro de 1988, na sede da ONU em Nova Iorque. Como na fase anterior, o processo de paz nesse período recebeu fortes influências da conjuntura internacional vigente:

Gráfico 4 – A 3ª Fase do Processo de Paz angolano

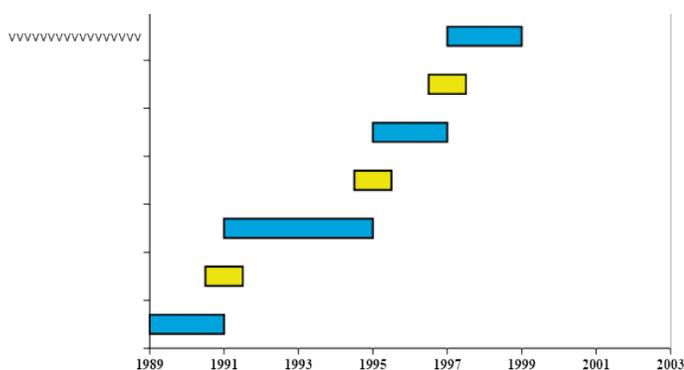


Fonte: Elaboração própria, 2018.

A terceira fase do processo de paz em Angola foi o período em que os efeitos da Guerra Fria se fizeram mais presentes em território angolano. O reconhecimento do SI, dando legitimidade ao governo estabelecido pelo MPLA, desencadeou uma resposta imediata do governo sul-africano, o qual invadiu território angolano imediatamente, pois temia o crescimento do

nacionalismo africano em sua esfera de influência. A ascensão de *Ronald Reagan* inseriu ingredientes adicionais na crise angolana, pois o mesmo apoiou diretamente as tropas da UNITA e as forças sul-africanas, as quais desencadearam a *Operation Protea*, que quase conquistou a capital Luanda, sendo barrada a pouco mais de 100 quilômetros pelas tropas cubanas instaladas em Angola. Os acordos de Lusaka, firmados em 1984, não foram robustos o suficiente para manter uma paz duradoura na região. O declínio da ex-URSS associado à ascensão de *Mikhail Gorbachev* ao poder soviético, possibilitou a celebração do acordo tripartido, pondo fim a uma crise de cunho eminentemente ideológico.

Gráfico 5 – A 4ª Fase do Processo de Paz angolano



Fonte: Elaboração própria, 2018.

A última fase do processo de paz angolano revela o protagonismo da ONU na tentativa de alcançar a estabilidade em Angola. Conforme verificado anteriormente, tal protagonismo não foi suficientemente capaz de pôr termo a crise no país. Cometendo erros de toda ordem, a ONU só obteve sucesso na UNAVEM I. As OPs subsequentes demonstraram a fragilidade das Nações Unidas em OPs. No entanto, o episódio central na resolução da crise angolana verificado nesse estudo, foram os atentados ocorridos em 11 de setembro de 2001 nos EUA, os quais desencadearam uma série de ações e eventos no SI, que debilitaram a UNITA. Enfraquecida, a UNITA não teve capacidade de enfrentar as tropas do governo angolano de igual para igual e rapidamente foi perdendo território até se colapsar militarmente com a morte de seu líder, *Jonas Savimbi*, durante um combate travado na província de *Moxico*, contra as Forças Armadas Angolanas. Somente com esse desfecho, foi possível firmar o

Memorando de Entendimento de Luena entre o governo angolano e a UNITA no dia 04 de abril de 2002 e celebrar a tão esperada paz no país.

REFERÊNCIAS

- Academia Real das Sciencias. 1825. Catálogo dos governadores de Angola com uma prévia notícia do princípio da sua conquista e do que nella obrarão os governadores dignos de memória. In: Notícias para a história e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos domínios dos portuguezes, ou lhes são visinhas. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias.
- Acemoglu, Daron; Robinson, James A. 2012. *Why Nations Fail: The origins of power, prosperity, and poverty*. New York: Crown Publishers.
- Akanji, Olajide Olayemi. 2016. África do Sul e estabilidade na era Mbeki: o nexus entre a personalidade e questões geopolíticas e econômicas na formação da política externa. *Austral: Revista de Estratégia e Relações Internacionais* 5, nº 10: 114-128.
- Ávila, Carlos Frederico Domínguez. 2012. A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962). – um estudo das iniciativas brasileiras. *VARIA HISTORIA* 28, nº 47, jan/jun: 361-389.
- Barroso, Luís Fernando Machado. 2013. Da Desconfiança à Aliança: Portugal e a África do Sul na defesa do “Reduto Branco”. *Journal of the Association for Spanish and Portuguese Historical Studies* 38, nº 1, article 10: 176-199.
- Blikstad, Nicholas Magnus Deleuse; Oliveira, Giuliano Contento de. 2015. A instabilidade financeira na zona do euro e a crise dos PIIGS (2008-2013): uma abordagem minskiana. 43º Encontro Nacional de Economia, dezembro: 1-20.
- Bousquet, Antoine; Curtis, Simon. 2011. Beyond models and metaphors: complexity theory, systems thinking and international relations. *Cambridge Review of International Affairs* 24, nº 1: 43-62.
- Cairney, Paul. 2012. Complexity Theory in Political Science and Public Policy. *Political Studies Review* 10: 346-358.
- Carvalho, Carlos Delgado. 1998. *A política exterior do Império*. Brasília: Senado Federal 1.

- Castellano da Silva, Igor. 2017. Política Externa na África Austral: Guerra, Construção dos Estados e Ordem Regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia). Porto Alegre: CEBRAFRI-CA-UFRGS.
- Castelo, Cláudia. 2014. “Novos Brasis” em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio. *Varia História* 30, nº 53, mai/ago: 507-532.
- Coggiola, Osvaldo; Martins, José. 2006. Dinâmicas da globalização: mercado mundial e ciclos econômicos 1970-2005. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo.
- Cruz, Francisco J. da. 2015. “A evolução das relações com os EUA”. *Jornal de Angola*, 08 de dezembro de 2015. http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/a_evolucao_das_relacoes_com_os_eua_1.
- Dopcke, Wolfgang. 1998. Uma nova política exterior depois do *apartheid*? - Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 - 1988. *Revista Brasileira de Política Internacional* 41, nº 1: 133-161.
- Ferreira, José de Jesus João. 2015. Os interesses petrolíferos internacionais em Angola: uma análise da influência do petróleo na vida econômica e política de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992). Dissertação de Mestrado.
- Guimarães, Fernando João da Costa Cabral Andersen. 1992. The Origins of the Angolan Civil War: International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976. PhD Thesis, University of London.
- Hobsbawm, Eric J. 1995. Era dos extremos - O breve século XX: 1914 - 1991. Tradução feita por Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hodegs, Tony. 2004. Angola: Anatomy of an Oil State. Bloomington: Indiana University Press.
- Hohlfeldt, Antonio; Carvalho, Caroline Corso de. 2012. A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa. *Intercom - RBCC* 35, nº 2: 85-100.
- Kenkel, Kai Michael. 2013. Cinco Gerações de Operações de Paz: de “tênue linha azul” a “pintar um país de azul”. *Revista Brasileira de Política Internacional* 56, nº1: 122-143. DOI: 10.15 90/S0034-73292013000100007.
- Krška, Vladimir. 1997. Peacekeeping in Angola (UNAVEM I and II). *International Peacekeeping* 4, nº 1: 75-97, DOI: 10.1080/13533319708413652.

- Kulike, Marcelli. 2014. As invasões russas na Geórgia (2008) e na Crimeia (2014). *Série Conflitos Internacionais*, n° 4: 1-5.
- Loureiro dos Santos, José A. 2003. *A Idade Imperial, a Nova Era - Reflexões sobre Estratégia III*. Lisboa: Publicações Europa - América.
- MacQuenn, Norric. 1998. Peacekeeping by attrition: the United Nations in Angola. *The Journal of Modern Africa Studies* 36, n° 3, 399-422.
- Matijascic, Vanessa. 2010. As Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas no início da década de 1990. *Revista Eletrônica de Ciência Política* 1, n° 2, 171-192. DOI: 10.5380/recp.v.1i2.20435.
- Menz, Maximiliano M; Lopes, Gustavo Acioli. 2018. A população do Reino de Angola durante a era do tráfico de escravos: um exercício de estimativa e interpretação (C. 1700-1850). *Revista de História (São Paulo)*, n° 177: p. 1-35.
- Neuman, Rui. 2017. Contributo para a controvérsia sobre o tratado de Simulambuco. *CEDIS Working Papers*, n° 2, outubro, p. 1-30.
- Oliveira, Marques de. 2009. "Fronteiras de Angola e a evolução histórica." *Jornal de Angola*. 30 de novembro de 2009. http://jornaldeangola.sapo.pt/politica/fronteiras_de_angola_e_a_evolucao_historica.
- Pacheco, Luís; Costa, Paulo; Tavares, Fernando Oliveira. 2018. História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência. *População e Sociedade - CEPESE* 29, junho: 82-98.
- Penna Filho, Pio. 2004. Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das nações Unidas para os países periféricos - o caso africano. *Revista Brasileira de Política Internacional* 47, n° 1: 31-50. DOI: 10.1590/S0034-73292004000100003.
- Pestana, Nelson. 2004. *As dinâmicas da sociedade civil em Angola*. Centro de Estudos Africanos. Lisboa: ISCTE.
- Pimenta, Fernando Tavares. 2014. O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). *História (São Paulo)*, 33, n° 2, jul-dez: 250-272. DOI: 10.1590/1980-436920140002000012.
- Pinheiro da Cunha, Rafael Soares; Migon, Eduardo Xavier Ferreira Glaser; Vaz, Carlos Alberto Moutinho. 2014. A Liga das Nações: considerações sobre a participação brasileira, êxitos e óbices da predecessora da Organização das Nações Unidas. *Revista de Ciências Militares*, 2, n° 2: 317-336.

- Pureza, José Manuel; Simões, Mónica Rafael; José, André Cristiano; Marcelino, Carla. 2007. As novas operações de paz das Nações Unidas: os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique. *Oficina do CES*, nº 290, 1-34.
- Richardson, Kurt; Cilliers, Paul. 2001. "Special Editor's Introduction: What is Complexity Science? A view from Different Directions." *Emergency* 3, nº 1: 5-23.
- Rocha, Milton Alberto Sousa. 2013. A Guerra Fria no sul de África e respectivas consequências: Angola e África do Sul, 1975-1994. Dissertação de Mestrado.
- Rodrigues, Anselmo de Oliveira; Migon, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. 2017. O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz. *Revista Carta Internacional* 12, nº 3, 77-103. DOI: 10.21530/ci.v12n3.2017.667.
- Segrillo, Angelo. 2012. A questão da democracia na Rússia Pós-soviética. In *O Renascimento de uma potência?: a Rússia no século XXI*, organizado por André Gustavo de Miranda Pinelli Alves, 97-128. Brasília: IPEA.
- Silva, Antônio Carlos Matias da. 2015. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. *NEARI em Revista* 4, nº 5: 1-15.
- Silva, Zoraide Portela. 2016. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra não é o Fim da Guerra. *Transversos: Revista de História* 7, nº 7: 154-184.
- Siqueira, Armando Augusto. 2012. Angola e a resistência colonial: o caso do massacre dos dragões do conde de Almoester, 1897. *Cadernos de História UFPE* 9, nº 9: 39-60.
- Soares, Mariza de Carvalho. 2017. Por conto e peso: o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XV - XVII. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 25, nº 1: 65-86.
- Sousa, Fernando de. 2000. Portugal e a União Européia. *Revista Brasileira de Política Internacional* 43, nº 2: 192-200. DOI: 10.1590/S0034-73292000000200009.
- Souza, André de Mello e; Nasser, Reginaldo Mattar; Moraes, Rodrigo Fracalossi de. 2014. Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília-DF: IPEA.
- Tiburcio, James Augusto Pires. 2009. Paz e Guerra em Angola: um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado.
- United Nations. 2018. Resolução nº 626, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. [http://undocs.org/es/S/RES/626%20\(1988\)](http://undocs.org/es/S/RES/626%20(1988)).

- United Nations. 2018. Resolução nº 628, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. [http://undocs.org/es/S/RES/628%20\(1989\)](http://undocs.org/es/S/RES/628%20(1989)).
- United Nations. 2018. Resolução nº 696, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. [http://undocs.org/es/S/RES/696%20\(1991\)](http://undocs.org/es/S/RES/696%20(1991)).
- United Nations. 2018. Resolução nº 976, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. [http://undocs.org/es/S/RES/976%20\(1995\)](http://undocs.org/es/S/RES/976%20(1995)).
- United Nations. 2018. Resolução nº 1.118, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. [http://undocs.org/es/S/RES/1118%20\(1997\)](http://undocs.org/es/S/RES/1118%20(1997)).
- United Nations. 2018. Resolução nº 1.119, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. [http://undocs.org/es/S/RES/1119%20\(1998\)](http://undocs.org/es/S/RES/1119%20(1998)).
- United Nations. 2018. Resolução nº 1.121, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. [http://undocs.org/es/S/RES/1121%20\(1999\)](http://undocs.org/es/S/RES/1121%20(1999)).
- United Nations. 2018. Resolução nº 1.129, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. [http://undocs.org/es/S/RES/1129%20\(1999\)](http://undocs.org/es/S/RES/1129%20(1999)).
- United Nations. 2018. Resolução nº 1.268, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. [http://undocs.org/es/S/RES/1268%20\(1999\)](http://undocs.org/es/S/RES/1268%20(1999)).
- United Nations. 2018. Resolução nº 1.433, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. [http://undocs.org/es/S/RES/1433%20\(2002\)](http://undocs.org/es/S/RES/1433%20(2002)).
- Varela, Raquel; Pereira, Luisa Barbosa. 2016. O 'Direito ao trabalho', saúde, educação e o nascimento do Estado Social. Trabalho, Educação e Saúde 14, nº 1, jan/abr: 11-32.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2012. Os países africanos: diversidade de um continente. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica/UFRGS.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2016. Revoluções e Relações internacionais: o caso africano. Revista Brasileira de Estudos Africanos 1, nº 1, Jan/Jun: 111-129.

Resumo

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que serve de apoio à reflexão sobre o longo processo de paz em Angola. A partir da reflexão histórica e da análise sistematizada de fontes, busca-se compreender o papel dos atores internacionais no processo em exame. Ainda que de forma incipiente, procurou-se estudar o tema à luz do paradigma da complexidade, assumindo, no mínimo, a pluralidade de atores e perspectivas. Por necessário, foram aprofundadas as missões de paz propostas pela Organização das Nações Unidas para a região, as quais foram sintetizadas em itens próprios, o que, acredita-se, traz contribuição adicional, em especial como introdução ao estudo do assunto.

Palavras-chave

África. Angola. Missões de Paz. Operações de Paz. Estudos de Defesa.

Recebido em 2 de dezembro de 2018

Aprovado em 26 de março de 2019